

**MANDADO DE SEGURANÇA 23.188-6 RIO DE JANEIRO**

**RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE**

**IMPETRANTE : ELEUTÉRIO FERREIRA PARRACHO**

**ADVOGADOS : ALMIR HOFFMANN E OUTROS**

**IMPETRADO : PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

O Plenário do Supremo Tribunal Federal tem reiterado a independência das instâncias penal e administrativa afirmando que aquela só repercute nesta quando conclui pela inexistência do fato ou pela negativa de sua autoria. (MMSS 21.708, rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 18.05.01, 22.438, rel. Min. Moreira Alves, DJ 06.02.98, 22.477, rel. Min. Carlos Velloso, DJ 14.11.97, 21.293, rel. Min. Octavio Gallotti, DJ 28.11.97).

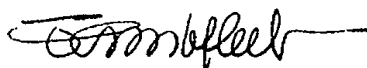
Segurança denegada.

**ACÓRDÃO**

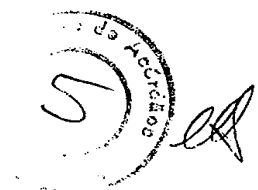
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, indeferir o mandado de segurança.

Brasília, 28 de novembro de 2002.

Ilmar Galvão - Presidente



Ellen Gracie - Relatora



28/11/2002

TRIBUNAL PLENO

**MANDADO DE SEGURANÇA 23.188-6 RIO DE JANEIRO**

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE  
IMPETRANTE : ELEUTÉRIO FERREIRA PARRACHO  
ADVOGADOS : ALMIR HOFFMANN E OUTROS  
IMPETRADO : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**RELATÓRIO**

A Senhora Ministra Ellen Gracie: Trata-se de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar, em que se busca obstar ato do Presidente da República, consistente na demissão do impetrante do cargo de Delegado de Polícia Federal, em processo disciplinar, em razão de notícia de prática de tentativa de extorsão contra o Discount Bank Latin América - DBLA.

Alega, o impetrante, a ilegalidade do ato de demissão em processo administrativo, enquanto em curso a ação penal pela suposta prática do mesmo ilícito. Sustenta a necessidade de se aguardar a decisão final nesta última. Fundamenta-se, fortemente, no entendimento desta Corte no MS 21.310, relator Min. Marco Aurélio. Juntou os documentos de fls. 20/135.

O eminente Min. Carlos Velloso indeferiu o pedido de medida liminar, ao entendimento de serem os precedentes desta Corte majoritariamente contrários a sua pretensão, diferentemente do que afirma o impetrante. Entende também estar ausente o *periculum in mora* já que a segurança não restaria ineficaz, caso deferida a final (fls. 140/141).

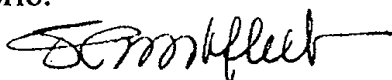
A autoridade impetrada prestou informações, sustentando, em resumo, que *“a vinculação que se pretende estabelecer entre a sanção penal e a administrativa não se compatibiliza com a doutrina, as decisões judiciais e a disciplina da matéria.”*

O parecer aprovado pelo Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro e subscrito pelo Subprocurador-Geral da República, Dr. João Batista de Almeida, opinou pela denegação do *mandamus*. Com relação ao precedente, de que foi relator o Min. Marco Aurélio, invocado pelo impetrante a seu favor, destaco, do parecer, o seguinte trecho:

*“Ora, no caso acima suscitado, a hipótese era de demissão alicerçada pelo procedimento penal (com o trânsito em julgado da decisão), vez que, diferentemente da espécie, se inferiu, no âmbito do processo disciplinar, não terem ficado configurados os tipos dos incisos IX e XLVIII do artigo 364 do Decreto nº 59.310/66 (Regime Jurídico dos Funcionários Policiais Cíveis do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal). E isto porque a “prova não estaria a revelar que o Impetrante tivesse se valido do cargo ou das atribuições próprias para praticar a falta imputada”, e, assim, “ante tal aspecto e em face da circunstância de as demais imputações gerarem, tão-somente, a pena de suspensão, bem como do fato de ter em andamento procedimento criminal contra o Impetrante, opinou-se fosse sobrestado o processo administrativo, até sentença final” (RE nº 21.310-8/DF - voto condutor).*

*Ainda sobre o precedente citado pelo Impetrante (RE nº 21.310-8/DF), registre-se que remetido o referido processo disciplinar ao Ministério da Justiça, este “foi encaminhado à Consultoria Jurídica onde recebeu o Parecer do I. Assistente Jurídico, que entendeu pela prescrição das transgressões, ‘ipso facto’ pelo sobrestamento até a decisão final do Poder Judiciário”.*

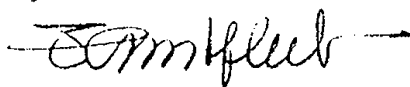
É o relatório.



**VOTO**

A Senhora Ministra Ellen Gracie - (Relatora): O Plenário deste Supremo Tribunal Federal, sempre vencido o Min. Marco Aurélio, tem reiterado que são independentes as instâncias penal e administrativa, só repercutindo aquela nesta quando ela se manifesta pela inexistência do fato ou pela negativa de sua autoria. (MMSS 21.708, rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 18.05.01, 22.438, rel. Min. Moreira Alves, DJ 06.02.98, 22.477, rel. Min. Carlos Velloso, DJ 14.11.97, 21.293, rel. Min. Octavio Gallotti, DJ 28.11.97).

Por se identificar o caso presente com os citados precedentes, **denego a segurança.**



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

MANDADO DE SEGURANÇA 23.188-6

PROCED.: RIO DE JANEIRO

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE

IMPTE.: ELEUTÉRIO FERREIRA PARRACHO

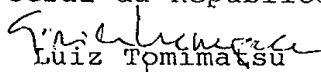
ADVDS.: ALMIR HOFFMANN E OUTROS

IMPDO.: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Decisão:** O Tribunal indeferiu o mandado de segurança. Decisão unânime. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Marco Aurélio, Presidente, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello e Nelson Jobim. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Ilmar Galvão, Vice-Presidente. Plenário, 28.11.2002.

Presidência do Senhor Ministro Ilmar Galvão, Vice-Presidente. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Sydney Sanches, Carlos Velloso, Maurício Corrêa, Ellen Gracie e Gilmar Mendes.

Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro.

71   
Luiz Tomimatsu  
Coordenador